

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO: CONSIDERAÇÕES DE LOURENÇO FILHO

Data de submissão: 09/03/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Jaqueline Lima Barboza

Universidade Estadual do Oeste do
Paraná

Cascavel - Paraná

<https://orcid.org/0000-0001-9854-5364>

RESUMO: Manoel Bergström Lourenço Filho foi um educador com uma extensa experiência profissional nos diversos ramos do magistério e em cargos de administração pública. A fim de divulgar as percepções referentes à formação de professores e o ensino de maneira geral, o autor escreveu inúmeros trabalhos, dentre os quais resultaram na coletânea *A formação de professores: da escola normas à escola de educação*, contendo artigos publicados entre 1922 a 1960. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar a percepção do autor a respeito do processo formativo dos profissionais de ensino, tendo como base essa coletânea de artigos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Lourenço Filho; Prática de ensino.

THE TRAINING OF TEACHING PROFESSIONALS: CONSIDERATIONS BY LOURENÇO FILHO

ABSTRACT: Manoel Bergström Lourenço Filho was an educator with extensive professional experience in the various branches of teaching and in public administration positions. In order to disseminate perceptions regarding teacher training and teaching in general, the author wrote numerous works, among which resulted in the collection *Teacher Training: From School Norms to School of Education*, containing articles published between 1922 and 1960. Thus, this article aims to analyze the author's perception of the training process of teaching professionals, based on this collection of articles.

KEYWORDS: Teacher training; Lourenço Filho; Teaching practice.

1 | INTRODUÇÃO

Manoel Bergström Lourenço Filho, mais conhecido como Lourenço Filho, foi um educador brasileiro com uma vasta experiência profissional. Escreveu sobre

diversas áreas, contribuiu desde a psicologia educacional, percorrendo a temática sobre formação de professores, também forneceu estudos sobre a administração escolar e outras obras com grande relevância histórica. Foi um intelectual preocupado com a renovação, preocupação esta que o atrelou e o envolveu extremamente na implantação de mudanças na esfera educacional.

Lourenço Filho entendia a educação como expressão social, apreendendo-a como elemento imprescindível na formação e desenvolvimento dos indivíduos, como meio de adaptá-los e fazê-los progredir e atuar no meio social no qual se inserem, sendo esta uma função necessária e de impreterível realização no grupo social.

Ao desenvolver o indivíduo a educação idealizada por Lourenço Filho, intencionava promover também o progresso do grupo social do qual esse indivíduo fosse pertencente, com vistas a uma formação social e não meramente obrigatória sem relevância para a vida coletiva.

Lourenço Filho entendia o espaço escolar como resultado daquilo que foi desejado coletivamente, abrangendo um determinado período histórico. Nesse contexto, a educação foi por ele percebida como elemento imprescindível da vida coletiva. Sendo assim, educação e vida coletiva estariam intrinsecamente vinculadas, ao se desenvolverem e se ampliarem se atrelavam de forma contundente.

O autor foi também defensor do método ativo no ensino se contrapondo aos métodos tradicionais, os quais que fomentavam procedimentos mecânicos de aprendizagem e conteúdos estritamente livrescos, dessa maneira defendia que para efetivação da aprendizagem o aluno fosse conduzido espontaneamente a aprender, caberia então ao professor propiciar os meios e recursos para esse aprendizado distanciado do saber reprodutor que valorizava excessivamente a memorização, na maioria das vezes destituído de significância para os alunos, os quais não compreendiam a aplicação destes conteúdos sequer em sua realidade.

Para tornar possível esse ensino preconizado por ele, Lourenço Filho se dedicou a escrever inúmeros artigos, ensaios e documentos concernentes a formação dos profissionais do ensino. Essas produções resultaram em uma coletânea denominada *A formação de professores: da escola normas à escola de educação*, contendo artigos publicados entre 1922 a 1960, que serão analisados neste artigo.

2 | LOURENÇO FILHO, UM EDUCADOR RENOVADOR

Nascido em 10 de março de 1897 na cidade de Porto Ferreira – SP, filho de Manoel Lourenço Júnior, português e Ida Cristina Bergström, sueca. Foi o primogênito de oito filhos do casal. “Em casa era o Manequinho, cujo nome completo, Manoel Bergström Lourenço Filho, reduziu-se mais tarde para Lourenço Filho” (LOURENÇO FILHO; MONARCHA, 2001, pp. 23-24).

Lourenço Filho aprendeu a ler muito cedo, tendo como primeiro professor o avô materno João Pedro, um sueco, que mesmo não dominando a língua portuguesa inquietou-se por não haver em sua vila uma escola primária, passando então a ensinar às crianças da vizinhança a lerem.

Em 1916, em São Paulo, iniciou os estudos na Escola Normal Secundária da Capital, também conhecida como Escola Normal da Praça da República, obtendo seu segundo diploma como normalista. Posteriormente, em 1918 chegou a ingressar na faculdade de Medicina, contudo não concluiu, interrompendo os estudos no segundo ano, neste mesmo ano participou da Liga Nacionalista criada no ano anterior. Mais tarde, optou pela Faculdade de Direito de São Paulo, “o diploma de bacharel em direito representava valioso requisito para acesso aos postos da administração pública e ocupação de cargos políticos” (MONARCHA, 2010, p. 23). Até ser diplomado em direito em 1929, Lourenço Filho contou apenas com seus diplomas de normalista.

O percurso profissional de Lourenço Filho,

é o exemplo cabal de um agente especializado que deve quase tudo à escola e que por isso mesmo tende a concentrar seus investimentos na aquisição de títulos escolares. O trabalho que desenvolve e a carreira à qual se devota resultam da coincidência entre a boa vontade cultural que permeia suas disposições e os interesses do poder público em contar com um corpo de especialistas voltado para a gestão do sistema de ensino. (MICELI, 1979, p. 171).

Em 1921, mediante ato de nomeação assumiu a cadeira de psicologia e pedagogia na Escola Normal de Piracicaba. Fundou a *Revista de Educação*, na qual publicou seu primeiro trabalho voltado para pedagogia experimental intitulado *Estudo da atenção escolar*. No mesmo ano casou-se com a também professora Aída de Carvalho, que conheceu quando os dois eram normalistas na escola de Pirassununga.

Nos anos de 1922 e 1923 foi diretor geral da Instrução Pública do Ceará, ainda muito jovem alcançava notoriedade ao idealizar e concretizar, ou seja, dirigir a reforma da instrução pública cearense. Essa reforma, nas primeiras décadas do século XX representou de forma embrionária, o que seriam os movimentos de renovação pedagógica no Brasil. Entre os aspectos elencados nessa reforma, realizou-se o cadastramento escolar, almejando levantar dados referentes ao número de analfabetos, números de matriculados.

Em 1930 foi nomeado diretor-geral da instrução Pública em São Paulo, cargo que ocupou até novembro de 1931. Ainda em 1930, de acordo com Monarcha (2010) publicou o que seria seu livro capital *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, que apelava por uma educação moderna e com moldes científicos. Já em março de 1932, aceitando o convite de Anísio Teixeira, assumiu a direção do Instituto de Educação do Distrito Federal, onde permaneceu até 1937. Ainda em 1932, participou sendo um dos signatários da elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento que visou estabelecer as diretrizes para a reforma do ensino, buscando a renovação do sistema nacional de ensino,

sendo considerado um marco histórico no cenário educacional. Contudo, é importante salientar que pela sua ampla experiência e obra não podemos de modo reducionista associarmos Lourenço Filho exclusivamente ao movimento escolanovista que propunha principalmente este manifesto, justamente porque ele demonstrava uma preocupação com os mais variados temas referentes ao ensino conforme aponta Lovison,

No campo educacional abrangia temas sobre a educação pré-primária, alfabetização infantil e de adultos, ensino secundário, ensino técnico rural, universidade, didática, metodologia de ensino, administração escolar, avaliação, orientação educacional, formação de professores, educação física e literatura infanto-juvenil. Seus textos foram publicados em muitos livros, revistas, jornais, cartilhas, conferências, apresentações e prefácios. Alguns deles foram traduzidos para o inglês, francês e espanhol (2001, p.10).

Na década de 1950, mais especificamente em 1952, foi eleito à presidência do Instituto Brasileiro de Educação Ciências e Cultura (Ibccc). Em 1954, publicou o livro *A Pedagogia de Rui Barbosa*. Em 1957, se afastou do magistério e dos cargos de administração pública e intensificou seu trabalho como escritor.

Lourenço Filho, tendo participado de diversos setores do ensino, foi responsável por inúmeros cargos administrativos e também docentes. Publicou diversos livros, entre eles alguns destinados ao público infantil, prefaciou e traduziu uma multiplicidade de obras.

Nas palavras de Monarcha (2010, p.14), esse educador foi,

o militante da Liga Nacionalista de São Paulo, o organizador da Psicologia como campo científico, o autor de literatura didática, o administrador público, o intelectual-cientista, o reformador social, e, naturalmente, o professor em escola primária, escola normal e universidade. Todos esses ângulos, porém, não bastam para apreciação cabal desse intelectual que, ao lado de outros, desempenhou papel fundamental na reorientação dos rumos da educação, no decorrer do século XX brasileiro.

Sobre sua atuação docente de Lourenço Filho, Warde descreve como este educador estabeleceu suas práticas,

Quer na formação como normalista, quer na docência primária e normal, desde a segunda parte dos anos de 1910, Lourenço Filho constituía o seu arsenal intelectual em ambientes escolares tangidos pelos vetores mais diversos. Na sua formação, instrumentou-se para pensar e conduzir suas práticas na direção da renovação; mas as escolas onde Lourenço Filho trabalhou eram amálgamas de práticas antigas e novas; de intervenções renovadoras e de resistências. O seu arsenal pedagógico, portanto, não fora constituído desde fora da escola, nem em idílicas condições (WARDE, 2003, p.142).

Na premissa da formação de professores,

A perspectiva que sedimentou sobre o que e como fazer para formar professores habilitados para as lidas do ensino foi composta de uma parte nodal de suas experiências docentes diretas; uma outra parte foi fornecida pelos experimentos psicopedagógicos que controlou dos quais extraiu uma série de diagnósticos de processos de ensino-aprendizagem tanto

em ambientes de práticas consagradas como em ambientes de práticas renovadas (WARDE, 2003, p.142).

Faleceu no dia 3 de agosto de 1970 no Rio de Janeiro, aos 73 anos, sendo enterrado no cemitério São João Batista, na cidade do rio de Janeiro. Corroborou com uma extensa produção literária, contribuições em incontáveis eventos, ocupou importantes cargos públicos, deixando um legado que até hoje reflete na educação brasileira, podendo ser designado como intelectual educador.

Desse modo, certifica-se que o aparato de Lourenço Filho, foi obtido tanto nos intensos estudos quanto no seu percorrer profissional. Esse saber pedagógico constituído por ele esteve sempre voltado para a renovação. Baseado nesse seu arsenal obrou na formação de professores, espalhando seus preceitos renovadores para que assim como ele voltassem suas ações para uma educação com novos formatos. Na seção seguinte estão expostas as ponderações de Lourenço Filho concernentes a formação dos profissionais de ensino.

31 A PRODUÇÃO TEÓRICA DE LOURENÇO FILHO EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO

Há uma vocação para o magistério? foi um artigo publicado originalmente em novembro de 1928 na revista *Educação* em São Paulo, no qual Lourenço Filho estabelece que a atividade de ensinar corresponde a mais antiga atividade humana, “Aprender e ensinar devem ter nascido, assim, com o alvorecer da própria vida humana consciente” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 9). O autor aponta que, já nas cavernas os pais ensinavam os filhos as primeiras lições sobre sobrevivência. Com a complexidade da vida social essa função se especializou, passando a se referir a uma pessoa específica, o mestre.

Os primórdios do exercício dessa função estavam estritamente relacionados à religiosidade, tendo um cunho de propagação dos preceitos bíblicos e de adoração a Deus. Contudo, diante de um contexto moderno estabelecido se exigiu que o ensino fosse uma função estatal, a figura do professor se desvincula da religião, tendo sua função bastante específica, “o mestre da escola pública, civil e leigo” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.10).

Para responder a pergunta que intitula o artigo, Lourenço Filho define a palavra vocação de duas maneiras distintas. A primeira, “entende-se a ação pela qual a Providência predestina as criaturas a uma tarefa especial. O indivíduo se sente chamado a um papel determinado (...)”, e a segunda “Com significação menos rigorosa, o termo vocação é empregado como inclinação, gosto, preferência, predileção por uma atividade, ofício ou profissão” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.12).

Diante dessa definição o autor afirma que não há uma vocação para o magistério, considerando o primeiro sentido empregado à palavra, pois segundo ele os indivíduos não possuem uma predisposição orgânica para serem mestres. Mesmo afirmando que não

há uma vocação mística ao magistério, ele admite que para ser professor é necessário ter algumas habilidades que tendem a essa profissão, por exemplo, o temperamento e a personalidade podem ser um fatores cruciais no exercício de um papel social como o do professor.

O autor reforça que não há vocação mística ao magistério, no entanto, para ser professor se exigem aptidões concernentes a profissão, assim como em qualquer outra. Essas aptidões dizem respeito à como as atitudes e tendências ocorrem em conformidade ou consonância com aquilo que uma função exige do indivíduo.

Em relação a escolha da profissão do magistério, ao contrário da explicação vocacional, Lourenço Filho (2001) salienta que esta resulta da formação social, sendo portanto, procedente de tradições familiares, admiração pelos próprios professores na infância entre outros fatores, mas que não envolvem a predisposição orgânica.

No segundo artigo da obra, temos o ensaio denominado *A escola de professores do Instituto de Educação*, sua primeira publicação data o ano de 1934. Este artigo aborda a criação da Escola de Professores, em março de 1932, sendo considerada a primeira iniciativa nacional voltada para formar em nível superior os professores primários. Essa escola derivou da substituição da Escola Normal da capital do país (Rio de Janeiro) pelo Instituto de Educação, por iniciativa de Anísio Teixeira, diretor do Departamento de Educação.

Diferentemente do processo de admissão das escolas normais, a Escola de Professores assinalou um processo mais rígido de seleção, uma vez que se intensificaram os pré-requisitos, exigindo que os estudos secundários fossem realizados no Instituto de Educação, além disso, se verificava aspectos relacionados a idade, a saúde e a personalidade.

O curso para formação do magistério primário contava com a duração de dois anos, sendo o primeiro voltado para a fundamentação, com disciplinas como biologia, psicologia e sociologia todas com ênfase no âmbito educacional e o segundo para aplicação, também chamada de prática de ensino, se desenvolvendo por meio de observação, participação e direção de uma classe (LOURENÇO FILHO, 2001).

Outro ensaio escrito por Lourenço Filho reunido nessa obra é o intitulado *A formação do professorado primário* (1955), nele Lourenço Filho (2001) estabelece que desde os primórdios da humanidade se sentiu a necessidade de ensinar as crianças, preparando-as com aquilo que permitissem a elas se adequarem as atividades e convívios dos adultos. Contudo, enfatiza que o ensino formal apenas ocorreu séculos mais tarde e conseqüentemente a preocupação em formar professores para as crianças.

Em 1595, o autor menciona que houve os primeiros relatos sobre instituições de formação de professores primários sendo fundada em Munich uma corporação de mestres. Desde então, se consolidou a mentalidade de formar os professores, expandindo-se a criação de escolas normais.

Nesse sentido, Lourenço Filho aponta que em nosso país se criou a primeira escola normal no ano de 1834. Mesmo com a ampliação das escolas normais em solo brasileiro, o ensino aqui ministrado mostrava uma incoerência nos processos de ensino, pois não aprofundavam o preparo dos mestres, além disso, a duração dos cursos eram demasiadamente breve para abarcar tamanha complexidade em formar professores.

O Instituto de Educação no ano de 1936, artigo publicado inicialmente em 1937 é um documento formulado a partir de excertos de um relatório referente ao ano letivo de 1936, enquanto Lourenço Filho ocupava a função de direção do Instituto de Educação. O autor enfatiza que nesse período o ensino e os serviços escolares puderam atingir um considerável grau de eficiência.

Em relação às matrículas, Lourenço Filho (2001) informa que o número foi de 3.222, apresentando um aumento 482 alunos em relação ao ano anterior. Contando naquele período com 215 funcionários docentes, dos quais 155 eram professores e o restante eram auxiliares do ensino.

No decorrer de todo o documento o autor traça comparativos com o ano anterior, nos diversos setores do Instituto de Educação. Expõe que na biblioteca no final de 1935 dispunha de 8.067 volumes, passando a contar com 8.783 obras disponibilizadas para consulta em 1936 (LOURENÇO FILHO, 2001).

Relata também a implantação do serviço dentário no referido ano, tendo atendido a todos os alunos do Jardim de Infância e Escola Secundária, o que correspondeu a 724 crianças, além de disponibilizar outros serviços de emergência.

Finaliza o relatório fazendo um parecer positivo dos serviços desempenhados pelo Instituto, descrevendo que em todos os setores houve um atendimento satisfatório às necessidades vistas na instituição, inclusive melhorando a rusticidade dos serviços da secretaria vistas nos anos anteriores, mostrando no ano de 1936 eficiência nos seus serviços. Realçou também que tanto alunos como professores foram disciplinados no decorrer do ano letivo.

O estudo denominado *Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais* foi preparado por Lourenço Filho e publicado inicialmente em 1953, versou como o próprio título já indica a formação de professores para escolas rurais. O autor destaca que para o ensino nas cidades as escolas vinham formando de maneira satisfatória, por outro lado, a formação de professores para as escolas rurais não contava com um número suficiente de estabelecimentos, menos ainda com a qualidade do processo formativo.

A primeira instituição focada em preparar pessoal de ensino para escolas rurais foi criada em 1934, na cidade de Juazeiro do Norte. Esse ensino possuía finalidades bem delineadas, com intuito de capacitar os mestres a orientar os alunos para realizarem as atividades agrícolas, valorizando o desenvolvimento do campo, também objetivava fornecer aos mestres condições de fomentar nos alunos consciência agrícola e sanitária, promovendo o sentimento de que por meio de seus trabalhos estariam contribuindo para o

progresso do país.

Primordialmente, o ensino dessa instituição requeria metodologias que tornassem a aprendizagem mais significativa, como por exemplo, levar os alunos a lavoura, para aprenderem fazendo. Fica claro nesse ponto, a defesa pela adoção do método ativo, em que o aluno espontaneamente é levado a se apropriar dos conteúdos.

Essa primeira instituição em Juazeiro impulsionou a criação de outras escolas rurais no Ceará, no ano de 1942 o Estado já contava com mais quatro estabelecimentos da mesma natureza.

De modo mais amplo que em Juazeiro, Lourenço Filho (2001), aponta a localidade de Fazenda do Rosário, que em 1948 iniciou sua experiência em criar instituições para formação de professores para escola rurais. Esse local é pertencente a Sociedade Pestalozzi do Brasil, “é a sede de um conjunto de realizações da Sociedade referida, cujo fim principal é o de readaptação das crianças e adolescentes deficitários, em ambiente rural” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 88).

As condições da Fazenda do Rosário eram as mais favoráveis possíveis para contribuir para a formação do pessoal docente rural, conforme descreve Lourenço Filho, (2001, pp. 88-89), dispondo

de campos de cultura, aproveitada no treinamento dos alunos, e de lavouras especializadas organizadas para exploração industrial, inteiramente apartadas daqueles. Em épocas diversas do ano, aí se realizam exposições de produtos agrícolas, de artefatos de arte popular, de indústrias domésticas, e concursos de práticas agrícolas, como trabalhos de arado puxado a boi ou a trator, etc. A fazenda anima também a realização de festas populares, religiosas e tradicionais, com representações teatrais, de cunho folclórico ou de significação cívica.

Todas essas iniciativas (...), emprestam à fazenda uma função de obra de estruturação social e de levantamento do nível cultural, moral e cívico, que já se estende por muitas dezenas de quilômetros ao redor.

Esse ambiente favoreceria a organização do curso, fornecendo elementos riquíssimos às atividades de estágio, onde os alunos pudessem colocar em prática os conteúdos vistos em sala de aula, promovendo inspiração nos alunos em produzir.

Diante das considerações ora apresentadas é necessário afirmar que, ambas as experiências em Juazeiro e na Fazenda do Rosário, implicaram em importantes medidas adotadas tanto do ponto de vista pedagógico, com a formação de pessoal para escolas rurais, quanto do ponto de vista econômico- social, com a valorização das atividades produtivas do campo (LOURENÇO FILHO, 2001).

Consideradas dessa maneira, influenciaram de maneira considerável os estudos acerca das problemáticas que circundavam a educação rural do Brasil, fomentando a formação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais, por consequência, motivaram a melhoria desse setor educacional.

No ensaio *Prática de ensino* (1945), o autor discorre declarando que por ele ter frequentado duas escolas normais, pôde perceber a deficiência da prática de ensino nesses cursos. Enfatizando a questão da formação dos professores, o autor se dedicou em tratar também a prática de ensino. Lourenço Filho destaca que a prática de ensino é imprescindível na profissão do magistério, uma vez que, o ensino requer prática, sendo fundamental “saber fazer”, “não simplesmente “saber dizer” como já se fez, ou já se poderá ou se deverá fazer. Aprende-se a fazer, fazendo” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 54). Reforça ainda, que a prática de ensino é um instrumento que possibilita ao aluno “educar-se para educar”.

Demonstra-se claramente a preocupação do autor para que os alunos em processo de formação ao magistério, sejam colocados em situações reais de ensino, se distanciando de modelos idealizados e meras observações de outros professores considerados exímios na arte de ensinar. Ensinar não pode ser visualizado pelos alunos-mestres como mera representação de papéis. Mesmo que aprendam a repetir qualidades observadas, tendem a copiar vícios e defeitos dos mestres observados.

A prática de ensino, segundo o autor objetiva afastar os alunos de situações que não remetem ao ensino real, mas sim abarcar os mais complexos aspectos que permeiam o ensino, incentivando que esses alunos tenham condições de posteriormente lidar com a diversidade dos alunos e situações que não podem ser previstas e controladas mesmo com a mais bela “receita” de como ensinar.

Nesse sentido, a prática de ensino não é uma disciplina deslocada dos demais fundamentos, não possui autonomia, pelo contrário, está intrinsecamente relacionada aos conhecimentos que os alunos-mestres precisam dominar, como a biologia, a psicologia voltada para as crianças, a sociologia e os princípios da administração escolar.

Para que a prática de ensino ocorra, a escola anexa a instituição que forma professores não deve ser denominada com escola-modelo, mas como escola de demonstração. “Uma “escola-modelo” é uma organização rígida, de conclusões feitas. Uma “escola de demonstração”, ao contrário, é uma escola flexível, aparelhamento que admite variações” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 57), se compreende então que a mudança da denominação não é mera substituição de palavras.

Com vistas a subsidiar o processo formativo dos professores, Lourenço Filho elaborou um documento denominado *Prática pedagógica (programa de ensino)* com o intuito de conduzir a Prática Pedagógica da Escola Normal de Piracicaba, publicado originalmente em 1922, continha orientações referentes à prática de ensino desta instituição.

O documento é concernente aos aspectos a serem analisados pelos alunos nos campos de prática, para tanto o autor faz uma divisão criteriosa em relação aos elementos a serem apreciados pelos estudantes, os adequando à turma e aos conteúdos de fundamentação que receberam.

No programa para os alunos do 2º ano Lourenço Filho (2001, p. 64) designou que

como os alunos não dispunham de conhecimentos voltados para Psicologia Aplicada à Educação, esse primeiro momento da prática pedagógica consistiria em observar o ambiente escolar, priorizando responder a questão *Onde se ensina?* Para tanto deveriam observar a sala de aula, verificando entre outros inúmeros itens, as condições de arejamento, iluminação, ornamentação, higiene, mobiliário e material didático. Além disso, observariam o momento do recreio, percebendo as questões de segurança e quais jogos eram realizados.

Já para os alunos do 3º ano, o programa previa o estudo voltado para o regime escolar, procurando responder a questão *A quem se ensina?*, considerando que neste período paralelamente a atividade prática cursavam a disciplina de Psicologia Geral e Aplicada à Educação. Por consequência, observariam e registrariam os aspectos relativos às crianças, entendendo-as como seres atingidos pela educação, buscando perceber a significação da infância. Também observariam essas crianças na condição de alunos, examinando a atenção da classe, a utilização da memorização, a disciplina e os jogos de maior preferência entre os alunos.

Para o 4º ano o programa elaborado por Lourenço Filho previa o exercício da docência como meio de aplicar a fundamentação teórica das demais disciplinas, intencionando responder as indagações *Que se ensina?* e *Como se ensina?* A principal preocupação dessa etapa da prática pedagógica seria desenvolver a metodologia especial em cada disciplina. Essa atividade possuía a finalidade de dar condições aos alunos de organizarem a classe para melhor utilização do espaço físico, mas também de optarem pelos métodos mais adequados no ensino.

O ensaio denominado *Aperfeiçoamento do magistério*, foi a uma aula inaugural no Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1960. Lourenço Filho (2001, p.106) inicia com a definição de aperfeiçoamento, “aperfeiçoar é tornar perfeito, isto é, reunir as melhores qualidades sem mistura de defeitos”. Todavia, ressalta que na educação esse conceito não se aplica com esse sentido, principalmente porque nenhum curso que se propõe a aperfeiçoar teria condições de tornar um profissional perfeito.

Uma acepção aplicável na educação seria de tomar como base “se aperfeiçoar vem de “perfeito”, perfeito vem de “perfazer” (...). Ora, perfazer significa completar, acabar, levar a cabo alguma coisa que se haja previsto” (LOURENÇO FILHO, 2001, p.106). Essa percepção culmina em entendermos o aperfeiçoamento como um processo gradual e contínuo, considerando que ao alcançar um objetivo, logo teremos outros para alcançar, se repetindo constantemente.

A necessidade de aperfeiçoamento surge (LOURENÇO FILHO, 2001), primeiramente porque a formação inicial do professor não é suficiente para uma atividade tão complexa como é o ensino. O autor alega que é com o avanço no trabalho que o mestre se depara com as situações que suscitam a necessidade de aperfeiçoamento, provocada pelas mudanças de aspectos técnicos, sociais e morais.

As modalidades de aperfeiçoamento são descritas por Lourenço Filho (2001, p.109) como pertencentes a duas categorias, uma de iniciativa individual e outra de iniciativa da administração,

Entre as primeiras, podem ser destacadas: o estudo pessoal por leitura e reflexão; o desenvolvimento da capacidade de autocritica pela observação do próprio trabalho e de outros mestres; o ensaio de novos procedimentos didáticos com sentido experimental; a assistência a palestras ou conferências de cultura geral e de assuntos pedagógicos; as viagens instrutivas; a participação no trabalho de sociedades técnicas(...).

Entre as modalidades que partem da administração podem ser destacadas as seguintes: organização de bom sistema de inspeção e orientação pedagógica; realização periódica de reuniões de estudo nas escolas e circunscrições administrativas; (...) estabelecimento de sistema objetivo de qualificação dos professores para efeito de promoção ou aumento de salário; participação dos professores na discussão de novos planos e programas; organização de classes experimentais e escolas de demonstração, abertas à observação dos mestres; cursos livres de palestras de cultura geral e profissional; facilitação aos professores para que tomem parte em campanhas de valor social; (...).

Como é possível constatar, para Lourenço Filho a formação de professores é imprescindível, abarcando a formação inicial dos estudantes que desejam exercer o magistério, enfatizando a prática de ensino, com o intuito de melhor preparar esses estudantes para as condições reais do ensino. Além disso, mesmo no exercício da profissão o aperfeiçoamento deve ocorrer, na visão do autor este não ocorre apenas em cursos específicos, contudo, independente do meio que proporcione ao professor se aperfeiçoar, este deve perpassar constantemente suas práticas, com vistas a uma melhor atuação. Essencialmente, o aperfeiçoamento dos mestres precisa ser impulsionado pelas iniciativas pessoais de cada um deles, atitudes íntimas que precisam ser verificadas, pois estas influenciam diretamente naquilo que realizam, e neste caso, na atuação do mestre em sala de aula.

O último ensaio que compõe esta obra corresponde ao prefácio da obra *Arte de ensinar*, de Gilbert Highet elaborado por Lourenço Filho em 1956. Lourenço Filho (2001) identifica essa obra como de beleza inigualável ao que se refere aos escritos sobre o ensino e sua arte, pois ao contrário de valorizar excessivamente as técnicas de ensino, possui como verdadeiro tema a personalidade do professor, considerando-a mais relevante.

O livro trata da ação em educar, a contrapondo com a função limitada de transmissão de conhecimentos, “o que envolve certa atmosfera afetiva, reclamando do mestre os melhores dotes de compreensão e comunicação humana” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 121). Essa perspectiva, não limita adoção de conhecimentos técnicos, pelo contrário, enfatiza que o professor na arte de ensinar precisa ter uma visão de mundo muito ampliada para que assim “vivifique a técnica, incorporando-a a uma finalidade justa e digna” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 122). Todavia, não significa que as técnicas são

completamente dispensadas do ensino.

Nessa direção, tanto as técnicas quanto a consciência que o professor possui do seu trabalho confluem na arte de ensinar, não se opõem entre si, mas se completam. Dessa maneira, o ensino corroboraria para os maiores progressos humanos conduzidos pelas mãos dos mestres.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o ensino fosse passível de realização, Lourenço Filho se dedicou em formar professores e disseminar seu pensamento por meio de suas publicações, abrangendo os mais diversos temas, como a formação de professores, com orientações específicas sobre a prática de ensino nos cursos de formação ou difundindo a concepção de aperfeiçoamento profissional para os mestres já formados.

Voltando-se para a formação dos mestres a obra *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação* (coletânea de artigos publicados entre 1922 a 1960), Lourenço Filho expressou suas percepções sobre o magistério, elucidando que não há uma vocação mística para o exercício desta profissão, por isso, tamanho reconhecimento do autor em defesa de bem formar professores, desconsiderando a predestinação à profissão.

Nesta obra também o autor explicita sua apreensão educacional, expondo que o ensino de crianças é uma atividade que acompanha a humanidade desde seus primórdios, todavia com seu desenvolvimento demandou a formação de professores para tal função. O intuito dessa formação era empreender um sentido de coordenação nacional da obra educacional, proporcionada pela ação de professores bem preparados e formados adequadamente.

REFERÊNCIAS

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação.** [Ruy Lourenço Filho, org.] Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

LOVISON, Orivaldo Aparecido. **Política educacional paulista de 1937 a 1945.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Ciências Humanas. Piracicaba-SP, 2010.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difel, 1979.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

———. **Lourenço Filho.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

WARDE, Miriam Jorge. **O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação.** Revista Brasileira de História da Educação, n. 5 jan./jun, 2003.